



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº DE 2025
(Do Sr. KIM KATAGUIRI)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para debater a destinação de recursos do Programa Bolsa Família e seu uso indevido para aquisição de substâncias ilícitas.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir as graves denúncias envolvendo a utilização de recursos do Programa Bolsa Família por beneficiários para compra de drogas ilícitas, bem como a cessão de cartões do programa a traficantes, comprometendo os objetivos sociais da política pública.

Para esse debate, sugere-se a convocação dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2. Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
3. Prefeito de Chapecó: Sr. João Rodrigues;
4. Prefeito de Joinville: Sr. Adriano Silva;
5. Vereador de Joinville: Sr. Mateus Batista;
6. Representante do Movimento Brasil Livre: Sr. Renan Santos.

Na impossibilidade de comparecimento das autoridades acima elencadas, solicita-se que seja designado representante institucional com competência para contribuir com o debate.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Bolsa Família tem como missão promover a segurança alimentar e combater a extrema pobreza no Brasil. Entretanto, denúncias recentes apontam para desvios de finalidade desses recursos, especialmente em comunidades vulneráveis onde traficantes coagem beneficiários a entregarem seus cartões como forma de pagamento por entorpecentes.

Para além disso, a lei do Bolsa Família, lei 14.601 de 2023, afirma que “são objetivos do Programa Bolsa Família”, dentre outros “combater a fome, por meio da transferência direta às famílias beneficiárias”, “contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações” e “promover o desenvolvimento e a proteção das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza”.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O desvio desses importantes recursos públicos para as mãos de bandidos, impõe sérios riscos à efetividade da política pública e demanda respostas do Poder Público quanto à fiscalização, à proteção dos beneficiários e à responsabilização dos envolvidos.

A audiência pública buscará esclarecer tais fatos, discutir mecanismos de prevenção e reforçar a fiscalização do uso dos benefícios sociais, garantindo o correto cumprimento da legislação e a integridade dos recursos públicos.

Assim, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de 2025.

KIM KATAGUIRI
Deputado Federal
União/SP

